

Organizações Indígenas e Organizações Pró-Índio no Brasil e no México

LIBERTAD BORGES BITTENCOURT*

Resumo: Em toda América vem crescendo, nos últimos anos, um movimento indígena que se expressa através da multiplicação das organizações locais e regionais. Estas organizações, além das lutas imediatas, começam a delinear uma estratégia própria, critérios peculiares de aliança e objetivos de médio e longo prazos. Paralelamente ao crescimento desse movimento, surgiram inúmeras lideranças e organizações indígenas que buscam articular-se entre si e com o movimento social mais amplo, ultrapassando muitas vezes as fronteiras nacionais.

Abstract: In every America becomes growing, in the last years, an indigenous movement that is expressed through the multiplication of local and regional organizations. These organizations, besides the immediat fights, begin an own strategy, peculiar approaches of alliance and objectives of medium and long periods. Parallely to the growth of these movements, countless leaderships and indigenous organizations to articulate to each other and with the wider social movement appeared, surpassing a lot of times the national borders.

Palavras chaves: Indigenismo. Organizações indígenas. Cultura.

Key words: Indigenism. Culture. Indigean organizations.

Introdução

A proposta do presente trabalho é pontuar uma nova realidade que se evidencia com a estruturação do movimento pan-indígena, através de organizações que são, na realidade, uma apropriação, pelos povos indígenas, de uma forma organizativa da sociedade nacional,

* Professora de História da América na Universidade Federal de Goiás - UFG - e doutoranda em História pela Univerisadade de Brasília - UnB.

constituindo-se em novo espaço para que manifestem-se também enquanto sujeitos políticos.

Por ser uma questão recente, há poucos trabalhos publicados sobre o tema e apenas em países como México e Colômbia existem pesquisas mais formalizadas, através da produção de textos. A análise sobre o Brasil, nesse trabalho, baseou-se, fundamentalmente, em textos do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, organizados para um curso básico ministrado por aquela entidade em 1998 sob a forma de apostilas, daí a não formalização das notas bibliográficas, a não ser relacionando os textos numericamente.

A etapa de consolidação das organizações é quase sempre precedida de um diagnóstico da história desses povos que se unem para o enfrentamento com a estrutura do Estado Nacional, que os alija do processo decisório. Para compreendermos essa realidade atual reportaremos-nos à questão indígena desde o período colonial

No período colonial foram estabelecidas leis tutelares para os indígenas, uma vez que esses povos não eram considerados capazes de viver autônomoamente. Esse processo, estabelecido de certa forma para proteção desses grupos, acabou por alimentar a pretensa inferioridade destes, não superada pelas inúmeras políticas adotadas desde então e implementadas sobretudo a partir do processo de independência dos países latino-americanos, conhecidas como políticas indigenistas.

Existem inúmeros conceitos sobre indigenismo e, no âmbito deste trabalho, adotaremos a posição de Henri Favre que afirma ser o indigenismo uma corrente de pensamento e de idéias que se organizam e se desenvolvem em torno da imagem do índio. Se apresenta como um questionamento da indianidade por parte dos não índios em função de preocupações e finalidades próprias destes últimos.¹

A corrente indigenista nasce na segunda metade do século XIX, como uma tomada de consciência da situação indígena no contexto dos Estados Nações latino-americanos que se consolidavam, sobretudo devido à participação decisiva de muitos desses povos em momentos históricos, como as lutas pela independência, a Guerra do Pacífico entre a Confederação Peru- Bolívia e Chile, em 1879, bem como as constantes lutas desses povos no México, Colômbia e em outros países da América.

¹ Citado por Marie Chantal Barre no livro *Ideologías Indigenistas y Movimientos Indios*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1988, 3ª ed., p. 30.

O indigenismo tem se modificado historicamente, passando desde a corrente que postula a incorporação definitiva dos povos índios às sociedades nacionais, até aquele que alimenta o reforçamento de sua identidade, o estabelecimento de uma interlocução com as organizações indígenas e o apoio a formas de etno-desenvolvimento baseadas no potencial tecnológico e organizativo destes povos.²

O indigenismo assumiu um papel importante, realizando um trabalho de aproximação e integração dos povos indígenas às sociedades nacionais, mediante políticas estabelecidas de fora do contexto desses grupos, sem no entanto significar uma corrente transformadora, uma vez que, sendo frequentemente atrelado às políticas de governo, teve sua ação limitada.

Nesse âmbito, o indigenismo converte-se em um instrumento de poder, burocratizando-se numa estrutura pesada, afastando-se muitas vezes dos reais interesses dos grupos para os quais, teoricamente, estaria a serviço, num processo amplo e complexo em geral englobado no que se convencionou denominar de questão indígena.

A partir dos processos de independência, no afã de construir uma identidade própria e elaborar um processo de nação, se cristaliza a preocupação de encontrar o lugar adequado para os índios, apesar dos resultados contraditórios. Esse processo, que culmina em mais estigmatização do índio, se dá de uma maneira geral em toda a América, apesar da diferenciação entre os países e sobretudo em relação ao Brasil que apresenta especificidades que o distinguem de outros países da América Latina.

No Brasil, os índios estão organizados em tribos e possuem organização diferente, por exemplo, dos indígenas do México que possuem uma tradição mais camponesa. No entanto, a chamada "questão indígena" identifica-os numa trajetória comum, sobretudo quando estes dois países buscaram integrar seus indígenas, mediante políticas de Estado, no caso do Brasil, e através de instituições relativamente autônomas mas quase sempre ligadas ao Estado, no caso do México.

² QUINTANILHA, Oscar Arze: "Del Indianismo a la Indianidad" in FRANCH, José Alcina (comp): *Indianismo e Indigenismo en América*. Madrid, Alianza Editorial, 1990.

Mais recentemente gestaram-se novas perspectivas para a ação institucional em geral denominada *indianista*, para significar uma vontade nova que pressupõe a participação real das organizações e comunidades índias na construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

O *indianismo* começou a ser delineado a partir dos anos vinte do nosso século, quando as Conferencias Interamericanas alavancaram as discussões sobre a realidade das comunidades autóctones e começaram a articular movimentos no sentido de traçar diretrizes para os governos latino-americanos, que em geral eram incorporadas às políticas indigenistas. Esse processo fortaleceu o movimento indígena, que se consolidou no I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940.

Esse foi um marco significativo para a trajetória histórica do indigenismo pois as autoridades latino-americanas, a partir de então, assumem um compromisso diante do problema indígena, que conhecerá uma ênfase eminentemente integracionista. No âmbito desse I Congresso foi fundado o Instituto Indigenista Interamericano, na cidade do México, que assumiu papel relevante na tentativa de aglutinar o movimento em toda a América Latina, tendo fornecido subsídios para a organização indígena.

O Movimento Pan-Indígena

Ao longo do século XX foram adotadas diversas posturas com respeito ao indígena. A idéia de integração desse contingente étnico ganhou adeptos ao longo da primeira metade do século, perdurando até anos recentes, quando intensificam-se manifestações que enfatizam o respeito às principais características dos grupos indígenas.

Paralelamente, ganhou força uma corrente que aponta a solução com base na autonomia dos grupos indígenas. Essa ênfase se acentua sobretudo a partir da aceitação, por parte de países como o Brasil e México, por exemplo, de sua constituição pluri-cultural e sobretudo a partir do avanço de áreas como Antropologia e História que resgatam a dimensão cultural e humana das civilizações não ocidentais, reforçando a valorização da cultura e historicidade dos grupos indígenas.

Nos anos 70 e 80 multiplicam-se as reuniões e congressos dos próprios índios, surgindo os primeiros líderes com reconhecimento internacional. Nos últimos anos é possível detectar-se o avanço de

uma tomada de consciência étnica em todo o mundo, seja no âmbito de melhor compreensão da relevância dos grupos considerados minoritários para a conformação do acervo cultural das nações em que estão estabelecidos esses grupos, seja no interior desses próprios grupos.

Com as sociedades indígenas vem ocorrendo o mesmo fenômeno, sobretudo com o aparecimento de organizações indígenas que se uniram como forma de reação a um processo de expansão da economia de mercado que modificou significativamente o equilíbrio ecológico e humano no mundo todo, afetando visceralmente as regiões onde esses grupos vivem, após longo período de expropriação de suas terras, desde o período colonial.

Os indígenas reagem a esse processo de forma diferenciada ao longo de sua história, desde o confronto direto até a resistência armada, mas recentemente tem havido a consolidação de uma nova etapa nesse enfrentamento que são as diferentes formas de luta política, viabilizadas pelas organizações indígenas.³

Esse processo só se torna possível com uma tomada de consciência, cujas etapas são diferenciadas conforme o nível de inserção desses grupos nas sociedades nacionais e mesmo a sua proximidade ou sua localização em áreas em litígio com a sociedade envolvente. A etapa de consolidação das organizações é quase sempre precedida de um diagnóstico da história desses povos que se unem para o enfrentamento com a estrutura do Estado Nacional, que os alija do processo decisório, seja dos grandes temas nacionais, seja quanto a aspectos que os afetam diretamente.

As organizações, surgidas à margem dos canais institucionais criados para atender suas necessidades e para proporcionar-lhes os meios para melhorar suas condições de vida, representam um desafio aos governos e às instituições indigenistas. Por outro lado, são a demonstração tangível da crise: o indigenismo oficial perdeu credibilidade perante os próprios indígenas.

Exemplo dos novos encaminhamentos foi a realização em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 31 de julho de 1997, no âmbito

³ CHAUMEIL, Jean Pierre: "Les Nouveaux Chefs"- Pratiques politiques et organisations indigènes en Amazonie péruvienne in *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, 1990, n° 96.

do 7º Foro de São Paulo, encontro das esquerdas latino-americanas, do debate "Questão Indígena na América Latina e Caribe", em que representantes de várias entidades indígenas, ONG's, partidos políticos de toda a América Latina discutiram temas comuns. Ficou patente que os povos indígenas reivindicam hoje, além dos direitos humanos, direitos específicos e coletivos e, sobretudo, participação política efetiva, com direito a livre determinação.

No Foro foi enfatizado que no Brasil os índios representam 0.02% da população, daí sua pouca representatividade; seus espaços são concedidos, mais que alcançados pela sua luta. Enfatizou-se que os índios precisam conquistar espaços de poder para não se limitarem apenas a pequenas concessões ou pequenos avanços.

O representante do México no encontro destacou que conforme dados oficiais do censo, a população indígena naquele país é de 5 milhões e 600 mil indígenas. As organizações populares falam em cerca de 15 a 18 milhões. O critério de avaliação é a questão da língua. Se falam línguas indígenas são indígenas. No entanto, hoje, muitos grupos que não dominam mais a língua materna reivindicam suas características indígenas, buscando resgatar sua identidade étnica.

Em 1991 a constituição mexicana foi modificada e assumiu-se a condição pluriétnica e pluri-linguística do país, o que representou um grande avanço, uma vez que nunca se havia reconhecido, oficialmente, a composição étnica diversa no país. Questionou-se, também, que ao se falar em indígenas se homenageava o passado e não o presente desses povos. Só a partir de 1994, com o Movimento Zapatista, se reabriu a questão sobre reivindicações que se perpetuam ao longo dos anos.

Graças a um contato mais permanente e contínuo, os líderes das diferentes organizações indígenas, nas instâncias nacionais e internacionais, tem elaborado um conjunto de reivindicações que representam os interesses mais específicos de suas comunidades. Com isso, nessas últimas décadas, mudanças importantes vêm sendo introduzidas, pois os povos indígenas tem mostrado o que pode fazer o poder da organização. Alguns países reconhecem o regime de comunidades indígenas enquanto entidades de direito público, habilitadas para exercer certos níveis de autoridade e autogestão em seus territórios.

Essa crescente reivindicação de participação nas decisões de instituições encarregadas de cuidar de seus interesses deve-se, entre outros fatores, ao fato de que, não obstante a violência e o descaso a que sempre foram relegados não ter se alterado, apesar de medidas

consideradas por eles como paliativas, os indígenas, ao contrário do que se propagou, não estão desaparecendo. Ao contrário, os números atuais tem demonstrado que, em geral, a população indígena vem crescendo, mesmo que lentamente, em toda América.

O Movimento Indígena no México

Leonel Durán afirma que a presença de 56 grupos indígenas no México, 10 por cento da população total do país, é um dos fatos relevantes na conformação da nação mexicana e de sua identidade, por sua forte presença cultural e demográfica. O autor afirma que se trata de uma população que conserva índices de crescimento superiores aos da população nacional, apesar de setores importantes dessa população deixarem de ser considerados como tal porque não falam mais os idiomas indígenas, mesmo com comportamentos identificados como dos grupos de origem.⁴

Findo o período colonial, com a independência, renasce o espírito de recuperação e valorização do México antigo e o índio ocupa finalmente um lugar entre os homens da América. A Revolução Mexicana permitiu reconhecer a diversidade cultural do país, apesar de se formular explicitamente uma política cultural integracionista, negadora dessa pluralidade.

O movimento revolucionário de 1910 e o constitucionalismo de 1917 permitiu nova política educativa e cultural e se desenvolveu uma série de reflexões, ensaios, projetos e polêmicas sobre a nação, a sociedade e o futuro. O índio passa a ocupar um espaço importante nesse debate.

No México a voz dos indígenas, até meados dos anos setenta, se confundiu com a voz dos camponeses, passando pelos movimentos de independência, até o movimento índio-agrarista de Emiliano Zapata. Com o Congresso Indígena de San Cristóbal, em Chiapas, no ano de 1974, e com o Primeiro Congresso de Povos Indígenas, em 1975, se resgata o que os indígenas consideram a "verdadeira" história da América.

⁴ DURÁN, Leonel: "Las Culturas Indígenas de México y su proceso de cambio e identidad" in FRANCH, Op Cit.

Os indígenas manifestam o desejo de maior participação em seu próprio desenvolvimento e questionam os modelos impostos, que destroem as comunidades. No início dos anos 80 inicia-se no México um movimento índio "independente", paralelo ao oficial, e que se caracteriza pela multiplicação de organizações tanto étnicas como camponesas.

A insurgência do exército zapatista na selva de La Candoná, no Estado de Chiapas, em janeiro de 1994, formado por combatentes maias dos povos tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, mam y zoque, organizados no Exército Zapatista de Libertação Nacional e sua marcha, com mais de mil manifestantes, atravessando estados como Oaxaca e chegando até a capital do México, demonstra que a questão indígena deverá ser adequadamente tratada daqui por diante.

Paulino Montejo, assessor do Conselho Indigenista Missionário do Brasil, destaca que a luta zapatista gerou uma onda de reivindicações autonômicas em todo México. Convenções, assembléias, reuniões regionais e nacionais, desembocaram no Congresso Nacional Indígena, realizado de 8 a 12 de outubro de 1996, na cidade do México. Em sua declaração "Nunca más un México sin nosotros", além de denunciar a política discriminatória e autoritária do governo, os indígenas exigiram o reconhecimento de sua existência plena como povos e de seu direito inalienável de livre determinação, assim como respeito a seus territórios ancestrais, a seus sistemas normativos indígenas, a sua capacidade de governar-se.

A insurreição zapatista no México catalizou a gestação de um novo movimento índio. Não inventou a luta indígena, porém deu uma dimensão nacional, estimulou seu crescimento, unificou muitas correntes. Da mesma forma como aconteceu com outros segmentos sociais não índios, o EZLN colocou à disposição do movimento indígena seu capital político e sua crítica ao Estado mexicano. O zapatismo se converteu em um instrumento facilitador do desenvolvimento do movimento indígena como sujeito político, dentro da sociedade nacional e o movimento índio deu ao EZLN solidariedade, apoio e "nutrientes" para seu crescimento e conversão em força política.⁵

Naquele país, em todas as regiões onde há maioria de população índia, se observa o fenômeno de criação de organizações independentes. Tanto as oficiais, como as independentes têm uma estratégia

⁵ Citado por Paulino Montejo em "La Cuestión Indígena Latinoamericana", Brasília, julho/97 (mimeo).

de alianças e o fator comum é a defesa dos interesses étnicos. Não reivindicam a tomada do poder, na instância nacional. Objetivo comum são as decisões no contexto de comunidade e regiões étnicas, isto é, reivindicam um espaço político que não questiona o poder central.⁶

O Movimento Indígena no Brasil

Com o advento da República, mesmo com a Constituição de 1891, não foram elaboradas leis em relação aos índios. A política indigenista passa, por decreto republicano, para a alçada dos governos estaduais, que haviam adquirido o direito de elaborar suas próprias constituições e cuidar das terras devolutas.

No final do século, as disputas de terras entre imigrantes europeus nos estados do sul do país e os índios que nelas habitavam eram frequentes. Com a repercussão internacional dando conta de extermínio de índios no Brasil, por conta desses conflitos, o governo brasileiro cria o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, em 1910, sob a direção do então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar positivista que ganhou projeção na instalação de redes telegráficas no interior do país, com uma proposta de não agressão às comunidades indígenas contatadas.

O positivismo procura, então, novas soluções para o problema do índio. Os índios passam a ser vistos como exemplo de um dos estágios da evolução humana, não sendo capazes de pensamento racional e objetivo, porém com possibilidade de evolução através da proteção e da educação. O Estado deveria apenas respeitar o estágio de evolução dos índios, para impedir sua dizimação, deixando que, com o correr do tempo, eles alcançassem a civilização. Essa linha de ação será imprimida ao SPI.⁷

A nova realidade que se estabelece com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a aceleração do processo de industrialização, através da substituição de importações, leva à promulgação de nova Constituição no Brasil, nos moldes liberal-democrática. Essa visão se

⁶ BARRE, Marie-Chantal: *Ideologias Indigenistas y movimientos Indios*. Mexico. Siglo Veintiuno, 1988, 3ª ed.

⁷ ROCHA, Leandro Mendes: "Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista - 1930-1967". Brasília, Funai, 1993.

estende à questão indígena. A política indigenista, durante o período que vai do positivismo ao desenvolvimento populista, foi marcada pelo evolucionismo e pelo paternalismo, quando o índio era visto como alguém a ser conduzido para o progresso, de preferência pelo Estado.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, veio substituir, em 1967, o Serviço de Proteção aos Índios, extinto um ano antes. A FUNAI é o órgão encarregado da política oficial do governo para as comunidades indígenas e por muito tempo sofreu crítica generalizada, acusada de ter ampliado o descompasso entre as aspirações indígenas e as propostas apresentadas para esses povos.

A FUNAI foi criada em pleno período de ditadura no país, tendo sido vinculada à ideologia desenvolvimentista, que vigorava desde os anos 50. Esse processo criou crises internas que culminaram em demissões de indigenistas mais engajados com a causa, que não concordavam com os rumos que o órgão imprimiu à questão indígena.

Este órgão, desde a sua criação, viveu diversas crises, com sucessões freqüentes em sua presidência, ora por decisão do governo, ora por pressão dos próprios índios. Esses impasses deveram-se ao fato de que o único órgão que possuía um saber acumulado sobre a questão indígena no país passou a ser controlado e muitas vezes desautorizado por órgãos do governo, já que esteve vinculado, em diferentes momentos, ao Ministério da Agricultura, ao do Interior e, atualmente, ao da Justiça.

Com o decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, a FUNAI perde a prerrogativa de definir áreas indígenas e demarcá-las através de processo administrativo. Essa função passa à alçada de diversos ministérios e do Conselho de Segurança Nacional o que emperra o processo demarcatório, devido aos interesses fundiários, políticos e militares envolvidos.

Mércio Pereira Gomes é um dos autores a enfatizar que a falta de autonomia para demarcar áreas indígenas faz com que a FUNAI perca sua legitimidade perante a opinião pública nacional e internacional, que passa a apoiar trabalhos de indigenistas e antropólogos na defesa da causa indígena, ganhando espaço diante dos próprios índios que, baseados num discurso étnico cada vez mais radical, conquistam novos espaços.

Gomes enfatiza que existem cerca de 50 povos autônomos no Brasil, muitos deles em áreas que envolvem fortes interesses econômi-

cos ou requisitadas por projetos governamentais de mineração ou hidrelétricas. O autor reitera que a FUNAI, além de estar desaparelhada para proteger esses povos, ainda não modificou o padrão de contato e relacionamento. (p. 92) É esse processo contraditório, centrado no órgão indigenista do governo brasileiro, a FUNAI, que consolidará, paradoxalmente, o movimento indígena que vai colocar-se contra as iniciativas governamentais dirigidas a estes povos.

Não obstante os impasses oriundos da política indigenista oficial, o texto constitucional de 1988 modificou radicalmente a abordagem da diversidade cultural. Os índios deixaram de ser considerados povos de cultura em via de extinção, cujo destino desejável seria a incorporação à chamada "comunhão nacional", ficando amplamente assegurada a esses povos a alteridade cultural, abandonando-se qualquer referência a integração ou incorporação dos índios. Ao menos teoricamente, há mais respeito à sua identidade étnica.

O reconhecimento legal da cidadania dos índios abriu espaço para a ampliação do movimento indígena em termos de organizações efetivamente atuantes na luta pela garantia da terra e dos demais direitos da populações indígenas no país, o que viabiliza suas organizações como canal reivindicativo, sobretudo na questão da demarcação de suas terras.

A luta indígena no Brasil é, certamente, um avanço no processo de organização própria dos índios, que teve como base os vários encontros promovidos por entidades de apoio, ao longo da década de 70, culminando com o I Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, realizado em Brasília, nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1982. Nesse encontro os líderes indígenas definiram os primeiros passos de mobilização e organização mais ampla do movimento indígena no país, para que efetivamente participassem dos debates que lhes dizem respeito.

No âmbito do crescimento desse movimento, surgiram inúmeras lideranças e organizações indígenas que buscam articular-se entre si e com o movimento social mais amplo. A Amazônia foi e continua sendo um território particularmente fecundo nesse processo. A UNI- Acre e Sul do Amazonas, representando onze povos indígenas e a COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, representando trinta e duas organizações indígenas, são

as duas mais importantes expressões deste movimento na região, como veremos adiante.

O crescimento desse movimento no país é tão acentuado que no Encontro de Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizado em Luziânia, entre os dias 25 e 30 de abril de 1992, estiveram presentes representantes de 101 povos de 55 organizações indígenas.

Carlos Alberto Ricardo destaca que após a promulgação da Constituição Federal em 1988, cresceu em várias regiões do Brasil a formalização de organizações indígenas, com diretorias eleitas em assembléias, estatutos registrados em cartório e contas bancárias próprias. Trata-se, em última instância, da incorporação, por alguns povos indígenas, de mecanismos de representação política por delegação, para poder lidar com o mundo institucional, público e privado da sociedade nacional e internacional e tratar de demandas territoriais, assistenciais e comerciais.

Ressalta ainda o mesmo autor que essas organizações têm eficácia reguladora sobre as interferências externas. Essas formas tradicionais de organização são mecanismos internos que muitas vezes resistem às imposições de funcionários de agências governamentais, os quais, sempre a procura de "um chefe" com quem tratar, acabam nomeando "capitães" que não coincidem com as autoridades tradicionais; ou no caso de missionários que nomeiam seus interlocutores preferenciais numa comunidade indígena, alçando-os à condição de pastores ou catequistas, por oposição aos pajés. De toda forma, ambas são maneiras de cooptação, que agências de contato estabelecem para "entrar" com a sua política numa determinada área indígena.⁸

O documento 1 do CIMI sobre Movimento Indígena destaca que na Amazônia, são mais de uma centena de povos que estão construindo seus espaços de luta e representação política, com formas variadas de organização, por povos, rios, regiões, áreas culturais e até mesmo por atividades e por gênero, constituindo-se num espectro de mais de 70 organizações indígenas.

A tendência atual é de o movimento espriar-se em coordenações que englobam várias organizações em instâncias mais amplas, sejam regionais, nacionais e mesmo internacionais. Como exemplo de organização regional temos a COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Nacionais: a UNI – União das

⁸ RICARDO, Carlos Alberto: "Quem fala em nome dos índios?"(II) in Povos Indígenas no Brasil 1991/1995 – Instituto Socio-Ambiental – ISA.

Nações Indígenas e CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e Internacionais a COICA - Coordenadora de las organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica e o CMPI - Conselho Mundial dos Povos Indígenas.

Essa tendência não refere-se apenas à Amazônia. Nas regiões Nordeste e Leste formou-se, a partir da União das Nações Indígenas - UNI regional a APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Na região Sul, a Organização das Nações Indígenas - ONI - Sul não conseguiu articular os povos indígenas da região que se agregaram, posteriormente, à APOIS - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul.

Apesar de existirem inúmeros registros, muitas organizações não se constituíram de fato e muitas outras não atuam efetivamente. De qualquer forma é um processo dinâmico e irreversível que tende a se consolidar com a articulação mais política de suas lideranças. Essa via torna-se essencial para os povos indígenas porque eles tem conseguido, através da articulação, via organizações, a demarcação e a garantia de seus territórios, além de maior participação política. No entanto, falta muito para que mesmo seus direitos constitucionais sejam efetivamente garantidos.

Apesar dos avanços, também aqui reflete-se o problema mais amplo e também arrolado neste trabalho da questão da representatividade e o embate entre o contexto tradicional e o movimento indígena organizado.

Análise da própria COIAB, reproduzida pelo CIMI em seu texto 1, manifesta preocupação com a distância e um certo descompromisso das organizações membro com as decisões que vão sendo tomadas pela coordenação, o que evidencia um distanciamento quanto às decisões cotidianas entre as instâncias decisórias do movimento e membros das comunidades nas aldeias.

Questionamento freqüente refere-se à representatividade de famílias, comunidades, povos, da forma como ocorre na sociedade nacional, que é algo estranho e novo ao movimento indígena. Nas aldeias, as formas de representação garantem uma participação mais expressiva e direta dos membros e no novo modelo das organizações, que adotam instâncias decisórias similares às dos "brancos", transfere-se responsabilidades e instâncias de poder para distante do povo e

da aldeia. Apesar da maior eficácia desse sistema para alcançar-se dividendos políticos, gera insatisfação no âmbito das aldeias, baseadas nas decisões por consenso.

Outra grande preocupação refere-se ao dilema em relação às lideranças, pois teme-se que estas empenhem-se apenas nos trabalhos mais políticos e administrativos e deixem os valores culturais próprios e a dinâmica de solidariedade das aldeias. A COIAB interroga: "como se reoxigenar, manter a clareza de espírito necessária para que os trabalhos desenvolvidos correspondam de fato aos anseios indígenas?" É um processo complexo e não há respostas concretas para essa questão. O movimento busca equacioná-las.

A complexidade do processo é ressaltada pelo próprio CIMI que, ao mesmo tempo que propõe criar espaços para que as comunidades indígenas possam ter ao menos a chance de serem ouvidas em temas fundamentais para sua sobrevivência, questiona-se quanto à possibilidade da autonomia ser mais uma projeção, um "sonho" dos missionários do CIMI do que propostas concretas emergidas das realidades e das demandas dos povos indígenas. As próprias organizações são repensadas em função de que poderiam estar representando "autonomias indígenas de cara não indígenas"; nesse caso seriam apropriadas como instrumentos de luta? Como vemos, há muito para se pensar sobre esse processo, mesmo para aqueles que estão imersos nele há quase três décadas, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário.

Novos desafios de um contexto também novo

Algumas conjunturas históricas são também importantes para compreender-se os novos encaminhamentos, possíveis no movimento pan-indígena. A crise dos grandes modelos explicativos e um novo olhar sobre a história leva a um maior reconhecimento das tradições e das culturas dos mais diversos povos incluídos nas nações chamadas de primeiro mundo e, sobretudo, daquelas em desenvolvimento. A questão indígena na América se insere nesse contexto, devido à sobrevivência de inúmeros grupos e, sobretudo, devido ao processo de transculturação dos grupos em contato.

Sob a influência dos debates e publicações que vieram a lume por ocasião dos 500 anos da conquista da América, em 1992, se constituiu com vigor renovado algo que a literatura latino-americana já havia assinalado no final do século XIX e início do XX: a perspectiva de valorização da cultura indígena e de seu componente étnico, agora

compreendido não apenas enquanto raça, mas sobretudo como cultura. Busca-se resgatar ou até mesmo construir uma identidade indígena, reinterpretando sua cultura. Sem tentar-se a generalização pura e simples, esse aspecto está presente nas lutas de indígenas e mestiços na América Latina, cujo exemplo mais conhecido é Chiapas no México, porém não o único.

Diante das crescentes dificuldades político-econômicas por que passaram esses países a partir de meados da década de 60, com o êxodo rural e o progressivo empobrecimento dessa população, aguçasse a nostalgia de um passado que vai sendo progressivamente reelaborado e glorificado. A identidade indígena, estigmatizada no contexto nacional, passa a ser cada vez mais valorizada pelas comunidades de índios que se sentem expoliados e alijados em seu próprio país; de resto, uma perspectiva comum a muitos segmentos sociais não índios nesses países.

Os acelerados processos de mudança sócio-econômica, política e cultural que ocorrem nos anos 80 colocaram em destaque a questão das identidades coletivas que alcançam maior reconhecimento a partir de modificações profundas na mentalidade ocidental. Identidade passa a ser uma nova categoria de crescente importância para a compreensão de povos e grupos no interior de uma mesma sociedade.

Essa questão permeia, ao menos a nível de discurso, as propostas e reivindicações das organizações indígenas na América Latina. No confronto com as políticas e com os órgãos indigenistas oficiais de cada país, se contrapõem à política orientada a partir dos não índios, baseados num discurso étnico que busca resgatar sua identidade histórica. Ressaltando que sempre foram vistos como subalternos, tutelados, sem vontade própria, reiteram que, apesar dessa visão, podem assumir seus próprios destinos, de modo especial no âmbito das organizações.

Os povos indígenas não perderam o seu sentido comunitário, não se desintegraram de todo sob os ordenamentos jurídicos e apesar de não buscarem um confronto direto com o Estado reivindicam a primazia de serem índios ao mesmo tempo que cidadãos de seus países, se necessário nessa ordem.

Essa questão esteve sempre evidenciada na postura das organizações indígenas na América, que sempre reconheceram a impor-

tância do referencial étnico para a manutenção de sua cultura e da base para garantir suas reivindicações. Na medida em que se acentuava a subjugação e o descaso com suas manifestações, mais a luta se acirrou, na busca de canais institucionais, mesmo que não oficiais, para fazer ressoar sua voz, no contexto dos países em que vivem.

O texto 2 do CIMI enfatiza que as organizações indígenas surgem num contexto de demanda institucional colocada para os índios pelo Estado. A busca de interlocutores indígenas pela sociedade nacional abre o campo para o surgimento de organizações indígenas que cumpram esse papel. Durante a década de 80 apareceram as primeiras lideranças que se apresentavam como representantes do conjunto de povos indígenas. No entanto, estas lideranças afastaram-se das comunidades, o que levou à constituição, já na segunda metade da década de 80, das organizações indígenas como forma de representação direta dos povos indígenas e como forma de encaminhamento de suas lutas. (p. 11).

Roberto Cardoso de Oliveira também destaca a importância das Assembléias Indígenas nesse processo, ressaltando que de 1974 a 1980, em diferentes partes do Brasil, ocorreram quinze assembléias, mobilizando centenas de lideranças. Esse processo se efetiva, segundo o autor, devido ao descompasso entre as aspirações indígenas, sem espaços políticos para se manifestarem e as tentativas de interpretação dessas aspirações, feitas pela instituição que se encarrega da "questão indígena" no país, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Os impasses que a FUNAI viveu, a partir do governo militar, com constantes interferências e trocas de presidência, levou a instituição a uma crise permanente, perdendo espaço político dentro do Governo, desorientando-se frente às lideranças indígenas, que exatamente nesse período começaram a se organizar, como analisamos anteriormente.

Nesse período, a Igreja assumiu com vigor redobrado a defesa dos direitos indígenas através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, colocando-se contra o Estado autoritário vigente, introduziu um novo estilo de tratar a questão indígena, como estamos pontuando a partir da análise de textos oriundos da própria entidade.

O CIMI passou a proporcionar encontros entre as lideranças indígenas que se tornaram conhecidos como "Assembléias Indígenas" e que se espalharam por todo o país. As mudanças que começaram a ter lugar no indigenismo católico, com a criação do CIMI, ocorreram

paralelamente às mudanças que ocorriam no indigenismo governamental, com a instalação no país da ditadura militar.

Nos anos 70, emergiram inúmeros movimentos sociais, em geral de oposição ao Estado autoritário. Roberto Cardoso de Oliveira enfatiza que apesar de muitos desses movimentos terem origem mais remota eles efetivamente se consolidaram nesse período. O autor destaca que embora o movimento indígena não conte com a mesma atenção que foi dada aos demais pelos estudiosos dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo nesse período, este foi relevante para as mudanças nas instâncias indígena e indigenista.

A trajetória das organizações mostra uma luta desigual mas que não tem arrefecido e vem alcançando respaldo na nova ordem que se esboça nas nações latino-americanas em que cidadania passa a ser direito de todas as camadas sociais, extrapolando os limites da mera retórica política, ainda que muito lentamente. Novas abordagens sobre antigas questões, que emergem com vigor renovado, traz uma lufada de vida nova e valoriza a própria trajetória dos povos da América Latina quase sempre relegada a segundo plano.

Mesmo o Brasil sendo um dos países pioneiros na implantação de um organismo para se ocupar especificamente da questão indígena, como foi o caso do SPI, criado em 1910, e substituído posteriormente pela FUNAI, como enfatizamos anteriormente, o país permanecerá por longo tempo à margem das iniciativas continentais no que concerne aos índios. A influência do indigenismo latino-americano sobre a política indigenista brasileira foi relativamente fraca.

Apesar de algumas iniciativas anteriores, somente em 1953, quando o Instituto Indigenista Interamericano se transforma em um organismo da Organização dos Estados Americanos, é que o Congresso Nacional Brasileiro, através do decreto Legislativo nº 55 de 23.07.53, aprovou a adesão do país ao Instituto. A criação, em 1942, da Sessão de Estudos do SPI representou uma aproximação dos antropólogos que ali trabalhavam, como Darci Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, com a antropologia mexicana, que exercia grande influência sobre o Instituto Indigenista Interamericano.⁹

⁹ ROCHA, Leandro Mendes: "La Politique Indigeniste au Bresil" (1930-1967). Paris. Universite de la Sorbonne Nouvelle, Paris IV, 1996, página 112/113. Tese de doutorado (mimeo).

O Papel das Organizações da Sociedade Civil no movimento pró-índio

Fenômeno tradicional nos países mais desenvolvidos e que vem se ampliando no Brasil, as organizações sociais conhecidas como *Organizações não Governamentais - ONG's* ou *Organizações da Sociedade Civil - OSC's*, estão se constituindo em preocupação tanto de grandes instituições internacionais quanto do governo que, através do Programa Comunidade Solidária, numa articulação com a sociedade civil, tem se dedicado ao "Marco legal do Terceiro Setor", como são designadas oficialmente estas instituições.

A partir de um processo de Consulta Nacional para o Fortalecimento da Sociedade Civil, desenvolvida ao mesmo tempo no Brasil, no México e na Colômbia, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da organização mundial CIVICUS, o Conselho Comunidade Solidária tem articulado no país o aprofundamento das discussões, visando a consolidação material e política dessas organizações que se fortalecem no âmbito da crise do estado, que tem dificuldade em atender as demandas sociais mais básicas.

Questão importante nessa problemática ainda recente na América Latina é o papel das organizações da sociedade civil, entre as quais as organizações não governamentais ou entidades de apoio, para a configuração do movimento pan- indígena. Há controvérsias a respeito. Algumas lideranças indígenas minimizam essa importância, apesar de não negarem que esse apoio é fundamental à causa; algumas entidades destacam sua importância mas pouco falam a respeito. Já o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, em seus textos, enfatiza a importância de seu papel para a impulsão do movimento.

Ressalta que tem contribuído com os povos indígenas, estimulando as respostas sejam elas tradicionais ou inovadoras. Cita como exemplo as Assembléias Indígenas que tiveram impulso a partir de iniciativas do CIMI e foram sendo apropriadas pelo movimento indígena, vindo a constituir-se num dos instrumentos de luta fundamentais até hoje.¹⁰ O papel do CIMI para a consolidação do movimento é ressaltado por todos os analistas do movimento indígena no Brasil e na América Latina.

O movimento indígena tem ampliado e fortalecido suas organizações em todos os níveis, sobretudo com entidades ambientalistas e

¹⁰ Textos para debate: "Movimento e Organização Indígena nas últimas décadas - Uma História de luta desafios e esperança". Cimi, Curso Básico, 1998 (mimeo).

ONGs da Amazônia. O Instituto Socio-Ambiental – ISA, analisa permanentemente essa questão. No entanto, algumas reflexões apontam os principais problemas desses novos encaminhamentos, como a gradativa burocratização da hierarquia de poder.

Um dos problemas refere-se às novas lideranças eleitas, acusadas de responderem mais a interesses externos que internos das aldeias. Quem fala a língua do “branco” e conhece mais o “seu mundo” tem maior status nessa nova realidade. As comunidades indígenas sempre sentiram a necessidade de interlocutores que falassem em seu nome e, portanto, o papel desempenhado hoje pelas organizações indígenas enquanto interlocutoras das comunidades com o Estado não é algo totalmente novo para esses grupos. No entanto as novas lideranças ainda são algo problemático na assimilação dos novos encaminhamentos político- institucionais do movimento.

Pesquisadores do tema reiteram que não existe um modelo único para a constituição desses interlocutores, que se configuram de diferentes maneiras, com diferentes papéis em momentos específicos. São consideradas lideranças do movimento aquelas constituídas no movimento indígena para atuarem no novo espaço sócio-político criado pelas organizações.

As lideranças são também chamadas de representantes e são escolhidas por delegação pelas comunidades e chefias tradicionais para exercerem determinadas funções. O espaço político dessas lideranças em suas respectivas comunidades, por ser algo ainda recente, não está formalizado, gerando tensões nas relações entre as organizações indígenas e suas comunidades. Esse processo leva à instabilidade das lideranças, com reflexo no próprio movimento.¹¹

Outra questão apontada é que apesar dos esforços de algumas organizações tentando envolver o povo das aldeias e as lideranças tradicionais nessas novas instâncias organizativas, o que prevalece é certa indiferença ou desinteresse, por estar esse mecanismo de representação distante do seu referencial e do contexto da aldeia, como temos enfatizado ao longo desse trabalho.

¹¹ Marta Maria Azevedo e Maria Helena Ortolan Matos, em artigo denominado “O jogo de referências na dinâmica das organizações indígenas” – CIMI - (mimeo) tratam desta questão.

Ressalta-se, nessas análises, que existe uma correlação entre estruturação burocratizada e crescente distanciamento das aldeias. Informativo da própria Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, destaca que, nesse âmbito, "a linguagem se torna diferente, os códigos são outros, os desafios mudam de esfera e a comunicação se torna mais difícil".

O que é preciso destacar é que as organizações indígenas surgem num contexto de demanda institucional colocada para os índios dentro da dinâmica do Estado. A busca de interlocutores indígenas pela sociedade nacional abre o campo para o surgimento de organizações indígenas que cumpram esse papel. O movimento não surgiu através de iniciativa própria dos grupos indígenas, como muitos ainda insistem em argumentar.

Conforme já mencionado aqui, somente na década de 80, portanto após as primeiras assembleias indígenas, datadas da década de 70, aparecem lideranças que se apresentam como porta-vozes do conjunto dos povos indígenas. Estas lideranças, no entanto, vão perdendo seus laços com as comunidades e suas lutas concretas, embora continuem se apresentando como representantes de todos. Esse processo faz com que articule-se um movimento mais amplo em busca de legitimação de representantes indígenas com respaldo nas comunidades. O líder é aquele que está a serviço de uma comunidade, de um povo. Existe o espaço do líder na aldeia e o espaço do líder na organização. São espaços diferentes.

Aliás esse é um dos impasses criados com a nova configuração do movimento indígena. É comum observar as novas lideranças sentirem-se deslocadas em sua própria comunidade. A maioria estudou em escolas de missionários, tendo muitos cursado inclusive curso superior. Dominam o português ou o espanhol, utilizam-se dos meios modernos de comunicação e sentem-se, freqüentemente, deslocadas no espaço de suas aldeias. Muitos viajaram a outros países e conhecem a realidade indígena na América Latina a fundo. Esse processo faz com que se distanciem de sua própria realidade, constituindo-se em grande preocupação dos analistas da questão, sejam índios ou não.

A dependência de organizações de apoio e organizações da sociedade civil para manter seu movimento é outra questão polêmica. Obviamente, não há consenso nesses debates, mas a problemática está posta. As comunidades indígenas tem conquistado cada vez mais visibilidade e respaldo nacional e, sobretudo, internacional no apoio a

suas reivindicações e isso faz com que as lideranças dessas organizações disputem espaço na mídia, configurando um novo discurso.

Uma das preocupações é que essa disseminação do movimento índio, numa miríade de organizações e instituições, ponha em risco a unidade e a força social inovadora que representa. O surgimento das organizações políticas índias e sua conseqüente emergência na cena política nacional e internacional constitui um elemento novo na realidade latino-americana que parece ter aberto as possibilidades num debate que apenas foi iniciado. Há muito para se compreender e se configurar nesse processo.

Como afirma Marie Chantal Barre, longe de ter sido resolvida, a problemática índia segue atual como questão a ser resolvida, apesar de importantes buscas de interpretação e resposta. A autora lança um questionamento ao indagar se não estaria o "problema" índio intimamente ligado à subsistência de relações coloniais internas, na medida em que a "independência" da América Latina não acarretou necessariamente a descolonização das regiões índias. Ressalta ainda que essa questão não tem recebido mais que respostas parciais devido, entre outros fatores, a ausência de diálogo entre os grupos.

A globalização, a era da informação e as organizações não governamentais são tópicos muito debatidos e podem ser considerados tanto como causas como conseqüências das diversas mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas na vida contemporânea, sendo possível atualmente o ativismo à distância.

Há um crescente interesse numa cidadania global e numa sociedade civil "planetária", o que faz com que o impacto de novas tecnologias de comunicação interfiram na formação de novas subjetividades, coletividades e necessidades institucionais, sociais e econômicas, ideologias e utopias.¹²

Nessa trajetória estabeleceu-se um interesse maior pela questão indígena em todo o mundo e o apoio sistemático às suas organizações, enquanto possibilidade de defesa de sua cultura. Essa é uma nova perspectiva, uma vez que a simpatia à causa indígena extrapola a região e o país onde estão localizadas suas aldeias.

¹² RIBEIRO, Gustavo Lins: "Cybercultural Politics, Political Activism at distance in a transnational world". Brasília, 1996 (mimeo).

Conforme Marie Chantal Barre, a julgar pela evolução experimentada nestes últimos anos, a presença política índia tende a desenvolver-se, graças ao crescimento da consciência étnica e ao internacionalismo do movimento. A autora afirma que o potencial revolucionário dos povos índios oferece perspectivas de mudanças tanto estrutural como cultural, que significará a recuperação e o desenvolvimento das estruturas comunitárias, de suas culturas e civilização, que poderão naturalmente “modernizar-se” seguindo outras trajetórias. Esta atitude não significa a negação do Ocidente, mas uma adequação a um novo modelo que ainda não está de todo formulado.

Quanto às lideranças indígenas, há casos de conflitos internos nas comunidades a esse respeito, apesar de, aparentemente, esse fator não impedir o avanço da organização pois até o momento, conforme Chaumeil, se o futuro do movimento índio encontra-se indubitavelmente do lado dos líderes oficiais, o exercício do “poder” nas sociedades indígenas repousa ainda em grande parte nos líderes tradicionais.

Seria preciso, entretanto, não ver esses propósitos aparentemente contraditórios como um questionamento à legitimidade dos novos líderes e dos movimentos que os animam; eles, de fato, traduzem a ambiguidade ou a ambivalência de uma situação política em plena evolução. O movimento indígena irrompeu no cenário internacional exigindo direitos à autonomia e livre determinação.

O direito da livre determinação dos povos foi estabelecido após a Segunda Guerra mundial, a partir da Carta das Nações Unidas, que fala da extensão desse direito a todos os povos. Esse conceito vai se cristalizando após múltiplas conferências divulgadas por inúmeras instituições, com apoio ou incentivo das Nações Unidas. As lideranças indígenas reportam-se sempre à esse tópico em suas falas, enfatizando que, a despeito de serem brasileiros, mexicanos, etc. constituem-se num povo com características próprias.

Nesse contexto, Luis Villoro ressalta o que se compreende por povo. O autor destaca que, em primeiro lugar é uma comunidade com uma cultura diferenciada - o conceito de cultura é muito importante - é uma unidade cultural. Em segundo lugar, deve haver a consciência dos membros dessa comunidade de que pertencem realmente a um povo. Terceiro lugar, um povo tem que ter uma relação com um território geográfico natural.¹³

¹³ VILLORO, Luis: “En torno al derecho de autonomía de los pueblos indígenas” in Cuadernos Americanos, año X, vol 2, marzo/abril 1996, pag 213/4.

À luz dessa interpretação, os povos indígenas que possuem uma unidade de cultura, manifestada na língua, instituições próprias, vontade de permanecer como povos caracterizados etnicamente, projetos comuns e relação com um território, segundo as normas do direito internacional, seriam sujeitos de livre determinação. Essa é a base da atual discussão das organizações indígenas.

No âmbito dos Estados Nacionais essa não é uma questão simples mas as novas lideranças estão dispostas a encaminhar essas reivindicações até que a questão indígena seja equacionada. Não há um caminho ou um paradigma. A nova perspectiva colocada por esse novo modelo de organização, baseada nos modelos dos "brancos" é inovadora e seus frutos dependem dos encaminhamentos no contexto dos Estados Nacionais.

Por outro lado, se o discurso das lideranças indígenas enfatiza essas novas articulações como a única via possível para o protagonismo dos índios fica a questão de saber de que tipo de protagonismo está se falando. Pesquisas recentes vem apontando, como mencionado neste artigo, o processo de dependência cada vez mais crescente do movimento em relação às entidades de apoio.

Boletim do próprio CIMI sobre Movimento Indígena e Formação dos Índios ressalva que, partindo de uma experiência acumulada em mais de duas décadas de apoio aos processos organizativos e de luta do movimento indígena e diante dos novos desafios e necessidades colocados pelo movimento indígena esta entidade coloca como propostas concretas:

1. A formação dos índios para superar os desafios surgidos com as organizações, como a questão do gerenciamento dos recursos, da cooptação de lideranças junto ao poder público, da compreensão política, do relacionamento com as comunidades e de representatividade das lideranças.
2. Sugerir e propiciar a articulação das organizações indígenas e suas bases com as organizações populares do Brasil e todo o continente Latino Americano, em vista das mudanças do modelo sócio-político-econômico.

Essas duas propostas deixam patente que não há propriamente uma reivindicação de autonomia do movimento indígena, que

se apropria do discurso das instituições que apoiam sua causa e fazem desse discurso o seu próprio discurso. Não se quer aqui criticar esse procedimento de ambas as partes mas tão somente refletir sobre projetos que são muitas vezes impostos de fora para dentro, o que pode atropelar um processo que poderia emanar das próprias aldeias, em novas bases.

O texto 1 do CIMI enfatiza que esta instituição desenvolve um trabalho sistemático junto ao movimento e organizações indígenas na perspectiva da autonomia, "compreendida como todo o processo em que os povos indígenas, como protagonistas e sujeitos de sua história e projetos de vida, vão afirmando seu autogoverno a partir de seus territórios, na relação com os outros povos indígenas e a sociedade não indígena". A questão é saber até que ponto esse autogoverno não é mais sugerido do que oriundo dos próprios índios. O próprio CIMI vem se questionando a respeito.

Conclusão

Análises do CIMI, no documento que resume os 25 anos de trabalho junto às comunidades indígenas do Brasil, enfatiza que a multiplicidade de povos e culturas gera respostas também plurais, a partir das raízes e das relações construídas historicamente com a sociedade mais ampla e com os demais povos. Reitera análises anteriores de que a política de dominação e negação dos direitos indígenas via Estado foram gestando estratégias de luta que pressupunham novos referenciais de organização e busca de articulações mais amplas.

É importante reconhecer que a partir da década de 70 não apenas no Brasil, mas em todos os países que possuem população indígena o processo de reivindicação assume dimensões diferentes em função, sobretudo, das novas estratégias de organização da luta étnica e das modificações das políticas indigenistas oficiais.

Gómez Valencia destaca que o novo espaço das intermediações e interlocuções, por si só, gera nova competência que exige um novo perfil das lideranças indígenas. A nova situação requer dos atores sociais que tenham mais contato com a sociedade nacional, que saibam se conduzir nela, que possam expor com mais clareza suas idéias, que suas práticas sociais e discursivas estejam mais sintonizadas com as práticas institucionais do Estado e da sociedade civil onde estão inseridas.

A educação formal, o uso das línguas nacionais e da escrita, a disponibilidade ou capacidade de poder viver por longos períodos

longe do lugar de origem, e não somente a identidade étnica, a trajetória das lutas locais e o conhecimento das práticas sociais, são os fatores que pesam na escolha de quem ocupará a maioria dos cargos diretivos nas organizações indígenas em toda a América. Portanto, em função desses requisitos, não é de surpreender que sejam as novas gerações as que exercem papel importante no embate em nível externo.

A grande questão que se coloca atualmente é que, em função do crescimento dessas organizações, o processo de burocratização, o verticalismo, o jogo político de interesses particulares e a tendência dessas organizações de se aproximarem do Estado, abandonando os confrontos e mobilizações, pode levar à cooptação do movimento pelo Estado. Esse questionamento deve-se muito ao fato de que as mobilizações pioneiras surgiram no embate com o Estado, como no caso do Brasil em que o movimento cristalizou-se no período da ditadura militar.

A meu ver, nesse caso, nova questão deve ser posta. Essa preocupação das organizações de apoio à causa indígena desvelam interesses subjacentes de quem traçou diretrizes e encaminhamentos para as organizações indígenas e não quer agora perder o "trem da história". Não teriam essas entidades cumprido o seu papel no sentido de que forneceram o instrumental para que as novas lideranças assumissem, em consonância com suas comunidades, seu próprio destino e agora teriam condições de trilhar seus próprios caminhos? Fazer suas próprias escolhas?

Não há respostas e muito há para se ponderar num fenômeno recente, que está se fazendo no próprio caminhar, como é o caso do movimento indígena. As lideranças passaram a se utilizar de uma linguagem mais politizada com o objetivo de demarcar um espaço e resgatar a identidade indígena em padrões adequados à modernidade, mas com raízes baseadas em sua identidade étnica. Como consequência, apesar de recentemente novo com a atual conformação, o movimento, na medida em que articula-se politicamente e consegue respaldo de suas comunidades, modifica sua linguagem e suas propostas. Adquiriu o direito de fazer suas próprias escolhas, mesmo como reflexo de propostas que lhes foram sugeridas ou impostas. É mister acompanhar os futuros encaminhamentos, que

marcarão um novo estágio nas relações povos indígenas- sociedades nacionais latino-americanas, no novo milênio.

Referências Bibliográficas

- BARRE, Marie-Chantal: *Ideologías Indigenistas y Movimientos Indios*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1988, 3ª ed.
- CHAUMEIL, Jean Pierre: "Les Nouveaux Chefs". Pratiques politiques et organisations indigènes en Amazonie péruvienne in *Problèmes d'Amérique latine*. Paris, 1990, nº 96.
- CLAVERO, Bartolomé: *Derecho Indígena y Cultura Constitucional en América*. México, Siglo Veintiuno ed, 1994.
- FRANCH, José Alcina: *Indianismo e Indigenismo en América Latina* (comp). Madrid, Alianza Editorial, 1990.
- GOMES, Mércio Pereira: *Os Índios e o Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- Petropolis/RJ, Ed Vozes, 1992.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de: *A Crise do Indigenismo*. Editora Unicamp, 1988.
- ROCHA, Leandro Mendes: *Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista - 1930/1967*. Brasília, FUNAI, 1993.
- _____: *La Politique Indigeniste au Bresil (1930-1967)*. Paris: Universite de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1996 (Tese de Doutorado).
- SOUZA Lima, Antônio Carlos: *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- VALENCIA, Herinaldy Gómez: "Movimiento Indígena y Poder Étnico em Colombia" in *Revista de Ciencias Sociales*, año 3, nº 10-11- 1996.
- VILLORO, Luis: "Em torno al derecho de autonomía de los pueblos indígenas" in *Cuadernos Americanos - Universidad Nacional Autónoma de México*. Año X, vol 2 nº 56, marzo-abril de 1996.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

- ALAI- Agencia Latinoamericana de Información Inc. - Pueblos Indigenas y Estado en America latina, nº 256, 24 julio, 97.
- Aconteceu - Especial 18 - Povos Indígenas no Brasil- 1987 a 1990 - CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
- Jornal PORANTIM - Informativo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.